

Recuperação nacional — desafios do futuro

GAZETA MERCANTIL

27 MAI 1991

Márcio Garcia Vilela *

Ao lançar o Programa de Recuperação Nacional — PRN — o governo

anunciou a meta de recuperar a taxa média histórica de crescimento do País, situada em torno de 6% a 6,5% ao ano no pós-guerra, o que implicará a necessidade de elevar os níveis de investimentos de US\$ 80 bilhões para US\$ 120 bilhões ao ano. É evidente que tal tentativa não pode ser levada a cabo sem que o pré-requisito da estabilidade econômica tenha sido, antes, atingido.

De qualquer maneira, trata-se de um objetivo não apenas necessário como também altamente ambicioso.

Como se sabe, para alcançá-lo, três fontes terão de ser acionadas: poupança pública e privada interna e atração de capitais externos.

Quanto à primeira, o desafio é enorme. O setor público no Brasil, que já foi superavitário na década de 70, é atualmente deficitário em conta corrente. Isso significa que suas receitas não são sequer suficientes para cobrir as despesas correntes (custeio mais juros de suas dívidas), do que se infere que nada sobra para dispêndios de capital. Além do mais, o crédito público, no Brasil, está deteriorado de tal maneira que o Estado de há muito perdeu a capacidade de financiar-se sem provocar graves pressões inflacionárias.

Se a poupança privada interna está razoavelmente disponível e pronta a traduzir-se em investimentos produtivos, estes não ocorrerão em clima de instabilidade e incerteza, sem garantias de permanência de regras do jogo que, revistas, como se faz imperioso, se transformem em instrumentos eficazes de incentivo ao espírito empresarial.

No que tange à poupança externa, muito embora o tempo conspira contra nós, é preciso ter paciência e perseverança para percorrer longo e penoso caminho.

Antes de tudo, há que reconquistar a confiança no País e na capacidade de seus governantes de administrá-lo com seriedade e competência. Esta — a confiança —, após o Plano Cruzado, entrou em visível colapso.

Se tal não bastasse, perdemos, em grande escala, vantagens comparativas de que dispúnhamos no passado, além de oferecermos atualmente ao investidor estrangeiro mais um cardápio de restrições do que um código inteligente de estímulos.

Além do mais, é perfeitamente previsível que, pelo menos até a metade desta década, haverá uma acirrada disputa por capitais escassos. De fato, os Estados Unidos, tradicionais expor-



tadores de capitais, se tornaram, nos últimos anos, deles sequeiros, não só pela incapacidade de disciplinarem seu déficit orçamentário como também pelos seus desequilíbrios na balança comercial. A Alemanha, outro gigante, está virtualmente absorvida na tarefa de reunificação, muito mais desafiadora do que se imaginava, na qual já deve ter pago, até agora, só em dispêndios de natureza social, uma conta de cerca de US\$ 85 bilhões.

O resto da Europa ou está com suas preocupações voltadas para 1992 ou namora com grande interesse sua região Leste, cuja meta é caminhar para a integração total.

O Japão, além de estar muito bem na liderança do bloco asiático, que experimenta notável crescimento, de estar muito satisfeito com seus investimentos nos Estados Unidos e na Europa, vai exigir muito tempo de bom comportamento do Brasil para voltar a ter algum interesse em ser nosso parceiro.

Adicionalmente, ainda temos de equacionar dois sérios problemas.

O primeiro demanda, o quanto antes, a normalização de nossas relações com a comunidade financeira internacional. Precisamos acertar de vez e cumprir um programa econômico consistente com o FMI; rever, em bases duradouras, nossos compromissos com credores reunidos no Clube de Paris; renegociar, também em caráter definitivo, o estoque de nossa dívida com a banca privada; "last, but not least", retomar a agilidade com que, no passado, contratamos financiamentos com instituições multilaterais.

O segundo, que exige a satisfação de algumas pré-condições, diz respeito à grave questão da fuga de capitais e da necessidade do seu repatriamento, acompanhando, no particular, os bons exemplos do Chile, do México, da Venezuela.

Finalmente, é indispensável encarar, com severo senso de realismo, a nossa adesão à chamada Proposta Bush, a fim de que, num mundo que cada vez menos se preocupa com barreiras ideológicas para dar prioridade à formação de blocos econômicos, o Brasil possa ter vez.

É forçoso admitir que temos de esgotar uma pauta congestionada. Afinal, não se fica impune após tantos anos de populismo, demagogia e péssima gerência do Estado.

Se a geração de muitos já perdeu suas oportunidades, não é admissível e tolerável que se condenem outras ao mesmo destino. A sociedade brasileira, sobretudo através de seus estratos organizados, tem de reagir, sob pena de desaparecermos como nação.

* Doutor em Economia Política. Ex-secretário da Fazenda de Minas Gerais. Diretor-gerente da Tendência Consultoria.